



UNIVERSIDADE FEDERAL SÃO CARLOS
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL (UAB)
CURSO DE PEDAGOGIA

Leusenice Debeus

Desenvolvimento do juízo moral: estratégias bem-sucedidas de socialização interpessoal de cooperação na resolução de conflitos nos anos iniciais do ensino fundamental.

São Carlos

2025

Leusenice Debeus

Desenvolvimento do juízo moral: estratégias bem-sucedidas de socialização interpessoal de cooperação na resolução de conflitos nos anos iniciais do ensino fundamental.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Pedagogia para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia da Universidade Federal de São Carlos.
Área de concentração: Educação.

Orientação: Marcio Bernardino Sirino

São Carlos

2025

Debeus, Leusenice

Desenvolvimento do juízo moral: estratégias bem-sucedidas de socialização interpessoal de cooperação na resolução de conflitos nos anos iniciais do ensino fundamental / Leusenice Debeus -- 2025.
20f.

TCC (Graduação) - Universidade Federal de São Carlos,
campus São Carlos, São Carlos

Orientador (a): Marcio Bernardino Sirino

Banca Examinadora: Elizângela Fernandes dos Santos
Wavamunno, Lilian Ucker Perotto

Bibliografia

1. Moral. 2. Cooperação. 3. Resolução de Conflitos. I.
Debeus, Leusenice. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Arildo Martins - CRB/8 7180

Leusenice Debeus

Desenvolvimento do juízo moral: estratégias bem-sucedidas de socialização interpessoal de cooperação na resolução de conflitos nos anos iniciais do ensino fundamental.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Pedagogia para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia da Universidade Federal de São Carlos.
Área de concentração: Educação.
São Carlos, 15 de junho de 2025.

Orientador(a)

Dr. Marcio Bernardino Sirino
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Examinadora

Dra. Lilian Ucker Perotto
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Examinadora

Dra. Elizângela Fernandes dos Santos Wavamunno

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

RESUMO

DEBEUS, Leusenice. Desenvolvimento do juízo moral: estratégias bem-sucedidas de socialização interpessoal de cooperação na resolução de conflitos nos anos iniciais do ensino fundamental. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos', 2025.

Diante do aumento de registros de conflitos vivenciados entre estudantes, entre estudantes e professores e entre estudantes e funcionários, as escolas de ensino fundamental, anos iniciais, preocupam-se em como intervir nessas situações de tensão. Muitos educadores interromper o conflito ao invés de tentar resolvê-lo conjuntamente com os estudantes envolvidos. Os documentos oficiais destacam a importância da autonomia, da conscientização, dos princípios éticos. Entendemos que a teoria do desenvolvimento do juízo da moral na criança, proposta por Piaget, vai ao encontro dessas diretrizes, pois considera a relação interpessoal de cooperação condição necessária para a autonomia. Fizemos uma revisão da literatura a respeito do desenvolvimento do juízo moral em estudantes de escola pública do ensino fundamental, anos iniciais, a partir de estratégias bem-sucedidas de socialização interpessoal de cooperação na resolução de conflitos, para contribuir com escolas que buscam melhorar seu clima escolar.

Palavras-chave: Moral. Cooperação. Resolução de Conflitos

ABSTRACT

Given the increase in records of conflicts experienced between students, between students and teachers and between students and staff, elementary schools, in the initial years, are concerned about how to intervene in these tense situations. Many educators interrupt the conflict rather than trying to resolve it together with the students involved. Official documents highlight the importance of autonomy, awareness and ethical principles. We understand that the theory of the development of moral judgment in children, proposed by Piaget, meets these guidelines, as it considers the interpersonal relationship of cooperation a necessary condition for autonomy. We conducted a literature review on the development of moral judgment in public elementary school students, in the early years, based on successful interpersonal socialization strategies for cooperation in conflict resolution, to contribute to schools seeking to improve their school climate.

Keywords: Morality. Cooperation. Conflict Resolution

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. METODOLOGIA	14
3. REVISÃO DE LITERATURA	15
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	19
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	20

1 INTRODUÇÃO

Há algumas décadas, os educadores de escolas públicas do ensino fundamental, anos iniciais, percebem no ambiente escolar um movimento crescente da violência vindo das novas gerações. Os registros de agressão verbal e física entre estudantes, de estudantes contra professores e de estudantes contra funcionários são frequentes nesta etapa da educação.

Quando os estudantes do ensino fundamental, anos iniciais, passam a agir com violência verbal ou física diante de um conflito, isso denota que eles não conseguem, naquele momento, resolver a crise por si só. A figura de um mediador, seja para resolver o conflito ou para resolver o problema que o motivou, faz-se necessária. Nota-se uma tendência dos professores de interromper o conflito, ao invés de tentar resolvê-lo conjuntamente com os estudantes envolvidos.

Jacques Delors (1996) escreve em “Educação: um tesouro a descobrir” sobre os quatro pilares para a educação do século XXI. Para nossa discussão, destacamos o pilar aprender a viver juntos, que versa sobre “a compreensão do outro e a percepção das interdependências — realizar projetos comuns e preparar-se para gerir conflitos — no respeito pelos valores do pluralismo, da compreensão mútua e da paz” (Delors, 1996, p.102).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), em seu artigo 12, apresenta os parágrafos IX e X que tratam especificamente sobre situações de conflito e incumbem aos estabelecimento:

IX - promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (**bullying**), no âmbito das escolas;

X - estabelecer ações destinadas a promover a cultura de paz nas escolas (Brasil, 1996).

A Base Nacional Comum Curricular (2018), documento normativo para todas as etapas da Educação Básica, “está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva” (Brasil, 2018, p.7).

Os textos citados são fontes de referência de todo Projeto Político Pedagógico que vise superar os conflitos de convivência e promover um clima escolar de respeito. O grande desafio é encontrar estratégias eficazes a partir das orientações apresentadas por Delors, pela LDB e pela BNCC.

Na década de 30, Jean Piaget publicou a obra pioneira “O juízo moral na criança” (1994), na qual ele apresenta contribuições essenciais à questão da socialização da criança. Para

o autor, as relações entre as crianças são importantes para o desenvolvimento do juízo moral, pois a ideia de interiorização deve ser substituída por outra: a de construção. Embora ele tenha escrito pouco a respeito da questão social, seria um erro pensar que ela está ausente em sua teoria. A originalidade de seu pensamento é a de ter chamado a atenção para o tipo de relação interpessoal, que pode ser a coerção ou a cooperação, presente em toda sociedade. Assim, há duas maneiras diferentes de nos comportarmos perante outrem: ser coercitivo ou cooperativo; o que envolve uma opção moral e não apenas técnica. O teórico aponta que as relações de coerção e de cooperação têm efeitos diversos sobre o desenvolvimento do indivíduo, sendo a cooperação a condição necessária à autonomia intelectual. Então, Piaget integrou a dimensão ética à sua teoria.

Este artigo tem por objetivo fazer uma revisão da literatura a respeito do desenvolvimento do juízo moral em estudantes de escola pública do ensino fundamental, anos iniciais, a partir de estratégias bem-sucedidas de socialização interpessoal de cooperação na resolução de conflitos para contribuir com escolas que buscam melhorar seu clima escolar.

2 METODOLOGIA

Esse artigo foi elaborado a partir de uma revisão da literatura de modo a “avaliar o que já se produziu sobre o assunto em pauta, situando-se, a partir daí, a contribuição que a pesquisa projetada pode dar ao conhecimento do objeto a ser pesquisado” (Severino, 2017). Para tanto, utilizou-se as bases de dados SciELO e Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações.

A princípio, as palavras-chave utilizadas foram “conflito”, “heteronomia” e “educação”. A busca não trouxe resultados. Realizei a mesma busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e o resultado apresentou seis trabalhos, mas nenhum relacionado ao ensino fundamental, anos iniciais. No entanto, ao ler alguns textos, notou-se a recorrência do termo cooperação.

Houve uma nova busca alterando as palavras-chave para “moral”, “cooperação” e “resolução de conflitos”. Os resultados apresentaram teses que não contribuíram diretamente para pesquisa, mas apontaram para o livro “Aprendizagem cooperativa: fundamentos, pesquisas e experiências educacionais brasileiras” (2021). A obra aborda a teoria piagetiana e apresenta um capítulo tratando sobre intervenções na resolução de conflitos em escola de ensino fundamental, anos iniciais.

Buscou-se em Jacques Delors (1996), Piaget (1994), documentos legais como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), Base Nacional Comum Curricular (2018), além das estratégias bem-sucedidas de cooperação na resolução de conflitos apresentadas no livro “Aprendizagem cooperativa: fundamentos, pesquisas e experiências educacionais brasileiras” (2021), aporte teórico para a escrita deste artigo

3 REVISÃO DE LITERATURA

Nesta revisão de literatura acerca de moral, cooperação e resolução de conflitos, partiremos do que diz os documentos oficiais que norteiam as práticas pedagógicas do Brasil, passaremos pelas contribuições dos autores Jacques Delors (1996) e Jean Piaget (1994) e finalizaremos com as contribuições de duas pesquisas apresentadas no livro “Aprendizagem cooperativa: fundamentos, pesquisas e experiências educacionais brasileiras” (2021)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), marco legal que define os princípios e fins da educação brasileira, orienta

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

IX - promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (bullying), no âmbito das escolas;

X - estabelecer ações destinadas a promover a cultura de paz nas escolas (Brasil, 1996)

A Base Nacional Comum Curricular (2018), documento normativo para todas as etapas da Educação Básica, estabelece 10 competências para

“Mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.” (Brasil, 2018, p.9)

O documento visa a formação integral do indivíduo, uma sociedade que seja justa, democrática e inclusiva. A competência 9 evidencia a importância do desenvolvimento da “empatia e colaboração”

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.(Brasil, 2018, p.10)

Para tratar de princípios éticos, a LDB (1996) utiliza os termos conscientização e cultura da paz, enquanto a BNCC (2018) adota termos como empatia, diálogo, resolução de conflitos e cooperação.

Apesar de a LDB ser contemporânea do texto “Educação: um tesouro a descobrir” (1996), é o texto da BNCC (2018) que mais vai se aproximar do pilar aprender a viver juntos.

Jacques Delors, ao escrever “Educação: um tesouro a descobrir” (1996), já se perguntava “como aprender a conviver nesta aldeia global, se somos incapazes de viver em paz nas comunidades naturais a que pertencemos”(Delors, 1996, p.7). Um dos quatro pilares que ele apresenta para a educação do século XXI, é o pilar que propõe “Aprender a conviver, desenvolvendo a compreensão do outro e a percepção das interdependências – realizar projetos comuns e preparar-se para gerenciar conflitos – no respeito pelos valores do pluralismo, da compreensão mútua e da paz” (Delors, 1996, p.31).

Em 1932, Jean Piaget publicou seu livro “O juízo moral na criança” (1994). O autor, renomado por seus estudos em psicogênese da aprendizagem, foi pioneiro ao notar também um padrão de desenvolvimento da capacidade de julgamento moral das crianças. Ele identificou que as crianças, ao longo de suas fases de desenvolvimento cognitivo, se comportavam de diferentes formas do ponto de vista do julgamento moral. Piaget chegou a essas conclusões a partir do estudo de crianças de diferentes idades durante práticas lúdicas. Vale ressaltar que ele se propôs a estudar o juízo moral e não os comportamentos ou sentimentos morais. Inicialmente, ele procurava saber o que vinha a ser o respeito à regra, do ponto de vista da própria criança.

Suas observações evidenciaram que uma coisa seria a consciência que a criança tinha sobre as regras, e outra, seria sua prática, ou seja, o porquê de se cumprirem as regras. Relacionando a questão moral com as práticas lúdicas, pôde chegar à conclusão da existência de três regras:

- regra motora: faz parte da fase pré-verbal, quando a criança ritualiza sua ação sobre os objetos e os elabora;
- regra coercitiva: caracterizada por ser uma fase na qual a criança compreende as regras como sagradas e imutáveis, porque considera aquele que as informa, o adulto, como superior e inatingível;
- regra racional ou colaborativa: em que, quase adolescente, as regras não são mais aceitas como dadas, a menos que atendam às necessidades e/ou desejos do outro. Podem ser modificadas, desde que haja uma decisão e aceitação grupal.

Esse estudo ajuda a compreender as relações interpessoais estabelecidas pela criança.

A princípio, o adulto efetua um controle externo sobre o juízo moral da criança (coerção), como a ordem, exemplos dos mais velhos nas brincadeiras. É a moral heterônoma. A coerção corresponde a uma relação já constituída, na qual a consciência só encontra o espaço da submissão ou da fuga, duas atitudes incompatíveis com a reciprocidade. A moral autônoma ocorre com o desenvolvimento da inteligência que possibilita uma tomada de consciência sobre a forma como as regras são construídas e sobre a possibilidade de mudá-las (cooperação). A regulamentação moral ocorre em virtude da cooperação entre os indivíduos. A cooperação possibilita que a consciência da criança passe pela experiência de participar de uma relação social a ser constituída e na qual deverá colocar-se do ponto de vista alheio para garantir o acordo e respeito mútuos. “Ora, a crítica nasce da discussão, e a discussão só é possível entre iguais: portanto, só a cooperação realizará o que a coação intelectual é incapaz de realizar” (Piaget, 1994, p. 298-299).

O livro “Aprendizagem cooperativa: fundamentos, pesquisas e experiências educacionais brasileiras” (2021) apresenta duas pesquisas bem-sucedidas.

A primeira, realizada com um grupo heterogêneo de 22 alunos do primeiro ano do ensino fundamental, em uma escola municipal do interior de São Paulo, utilizou a metodologia da aprendizagem colaborativa que tem por cerne a responsabilidade individual de seu papel dentro da equipe, a saber: guardião do tempo, guardião do volume, porta-voz, guardião do material. Os papéis foram decididos de forma consensual pelo grupo e cada criança ganhou um crachá de identificação. “A intervenção visou favorecer o desenvolvimento das habilidades de formação e funcionamento para cooperação e a melhoria das interações entre as crianças”. (De Deus, 2021, p. 100).

A sala apresentava situações de conflito, situações de exclusão entre as crianças, dificuldade com normas e comunicação ineficiente. A escola adotava aulas expositivas, estrutura tradicional e os alunos trabalhavam individualmente. Desde o início do ano letivo de 2018, foram introduzidas ações e atividades específicas, como mudança na organização da sala, formação de equipes-base para criar a identidade grupal, responsabilidade individual, planejamento de mais momentos de trabalho em equipe cooperativa. Inicialmente, para incentivar a coesão entre as crianças, foram utilizados jogos e atividades lúdicas para que as crianças conhecessem a si mesmas e os colegas, respeitassem as regras.

O desafio dos jogos e brincadeiras gera prazer e novos conhecimentos e, ao mesmo tempo, proporciona um clima que favorece a criação de um ambiente adequado, em sala de aula. As rodas de conversas também foram introduzidas com proposta de promover a oralidade, a capacidade de argumentação, de trocas, o saber escutar, de esperar sua vez, assim como possibilitar o confronto e o respeito a opiniões contrárias. (*op. cit.*, p.103)

A aprendizagem colaborativa deve seguir uma programação com número de sessões e de etapas bem definidas. Foram utilizadas as seguintes estratégias: graffiti coletivo, cabeças juntas numeradas, placemat consensus, agrupamentos ou filas ordenadas, já podem mostrar, bingo de som.

Na referida turma foram notados avanços em relação ao ruído, ao cuidado e à ajuda durante as atividades, participação efetiva dos alunos em momentos de interação e troca de saberes, a exclusão deixou de existir e deu lugar ao cuidado e à ajuda, aprenderam que todos têm sua vez de participar, houve um momento de estabelecimento de regras para que as crianças exercitassem a autonomia a partir de duas ideias: o que ajuda e o que atrapalha.

Diante de qualquer situação instável, pode-se lançar a pergunta: O que devemos fazer para solucionar esse problema? Essa ação estimula a habilidade de respeito às distintas opiniões, sem necessariamente compartilhar da mesma opinião do outro.

A segunda pesquisa foi realizada no ano letivo de 2017, com 76 crianças de quatro salas de terceiro ano do ensino fundamental e a professora responsável. O estudo foi organizado em três fases: pré-teste, intervenção pedagógica e pós -teste.

Houve um diagnóstico inicial, por meio de questionário, sobre as estruturas das relações presentes na turma e os principais problemas de convivência.

Segundo Díaz-Aguado (2015, *apud* De Deus, 2021) não basta ensinar habilidades para resolver conflitos, há que se ter um programa de prevenção com enfoque global e que alcance propósitos. Segundo a autora, o programa é estruturado em quatro atividades eficazes:

1. Estabelecimento de habilidades e esquemas básicos gerais, fundamentados no respeito mútuo e nos direitos humanos, nos quais se inserem as atividades seguintes.
2. Favorecimento da tomada de consciência contra a violência e suas formas de manifestação mais frequentes.
3. Desenvolver habilidades alternativas à violência.
4. Favorecer a integração do aprendido à própria identidade construída pelos alunos (Díaz-Aguado, 2015, *apud* De Deus, 2021, p. 137-138)

Durante a pesquisa cada turma participou de nove encontros. Foram aplicados questionários, para avaliar a qualidade de convivência da turma, e três grupos de atividades, com finalidades distintas: 1. atividades com o propósito de desenvolver esquemas básicos (reflexão e discussão de regras, normas, limites) e habilidades de comunicação (discussão, escuta atenta, os turnos de fala, a observação da relação entre diferentes raciocínios - discrepância, semelhança, apropriação); 2. atividades direcionadas a valores e habilidades específicas (tolerância, sensibilidade, integração, reciprocidade, autoestima positiva, resolução de conflitos sem violência); 3. atividades de integração final focada na observação da iniciativa e protagonismo dos estudantes durante sua realização. Para tanto, a pesquisadora valeu-se de

dinâmicas, como: balões coloridos, adivinha quem é, não discrimine, pedra-papel-tesoura, empatia, história “Quer conhecer os blues?”, brincadeira de roda, bingo dos sons, autorretrato, pano encantado, castelo, construção de código de cooperação.

Durante a implementação da pesquisa, as classes consideradas as melhores apresentaram resistência para realizar as atividades, o que revelou falta de habilidades sociais que regem as interações. Em diversos momentos, ficou evidente a dificuldade de as crianças realizarem um trabalho cooperativo diante de tantos conflitos e ofensas, sempre mediados pelas pesquisadoras e professora. Esse contexto desafiador é uma oportunidade para as crianças aprenderem a ser tolerantes e solidárias.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante do material apresentado, nota-se a importância do trabalho nas relações interpessoais no ensino fundamental, anos iniciais, no desenvolvimento do juízo da moral na criança, porém ela é pouco empregada nas escolas, levando-se em conta a escassez de produção científica nesse sentido.

A primeira pesquisa evidenciou que crianças do primeiro ano são capazes de participar de ações pautadas em atividade colaborativa. Essas ações as ensinam a atuar de forma construtiva nas suas relações interpessoais, consolidando laços afetivos, mantendo um clima agradável. O estudo demonstrou que não é possível obter resultados da aprendizagem colaborativa de forma intuitiva. É necessária formação específica, planejamento adequado, fundamentado, que considere as fases de implementação: coesão de grupos, métodos e estratégias. Além disso, a atividade cooperativa possibilitou a execução do projeto político pedagógico em situações de aprendizagem contextualizadas, pois os problemas e questões possuíam relevância de caráter pessoal e social.

A segunda pesquisa vale-se da metodologia cooperativa, a partir do viés da teoria psicogenética de Jean Piaget, que discorre sobre a importância da interação para o desenvolvimento de estruturas superiores, como raciocínio e criatividade, em um processo contínuo de equilíbrio, propondo estruturas colaborativas entre iguais que favoreçam o desempenho coletivo em detrimento do desempenho individual.

Assim com a primeira pesquisa, o espaço escolar era tradicional, com as carteiras sempre enfileiradas. Quando a sala está organizada para que haja interação, o professor promove espaços para que os estudantes falem entre si.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola, enquanto espaço democrático de convívio coletivo, deve primar pelo acesso à interação social e apropriação dos conhecimentos historicamente construídos.

Como apontam os documentos oficiais, há que se promover a cooperação para que todos os membros da comunidade escolar possam construir valores morais que contribuam para uma boa convivência e formação do ser em sua integralidade

As duas pesquisas apontaram para a importância de formação específica na implementação da aprendizagem colaborativa, descartando os processos intuitivos. É necessário conhecer os procedimentos, instrumentos, estratégias para que a implementação seja executada com o rigor que metodologia exige.

Ainda há muito por se fazer, no âmbito do desenvolvimento do juízo moral de estudantes do ensino fundamental, anos iniciais, no que diz respeito a estratégias bem-sucedidas de socialização interpessoal de cooperação na resolução de conflitos para contribuir com escolas que buscam melhorar seu clima escolar.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DE DEUS, Adreiton Ferreira Bellarmino, et al. **Aprendizagem cooperativa: fundamentos, pesquisas e experiências educacionais brasileiras**. Editora Oficina Universitária, 2021.

DELORS, Jacques et al. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. **Educação: um tesouro a descobrir**, v. 6, 1996.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC): educação é a base**. Brasília, DF: MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf. Acesso em: 11 jun. 2025.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 11 jun. 2025

PIAGET, J. (1932). **O juízo moral na criança**. São Paulo: Summus, 1994.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez. 2014. 1,0MB. e-PUB. Disponível em: https://presencial.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/632598/mod_resource/content/1/Metodologia_do_Trabalho_Cient%C3%ADfico_-_1%C2%AA_Edi%C3%A7%C3%A3o_-_Antonio_Joaquim_Severino_-_2014.pdf. Acesso em: 10 jun. 2025.